

Documento de Trabalho/ Working Paper nº 50

CRISES E CICLOS NO PENSAMENTO ECONÓMICO
PORTUGUÊS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Ana Bela Nunes

GHES

Gabinete de História Económica e Social

Lisboa

2014

GHER - Série Documentos de Trabalho
Publicação do

GHER - Gabinete de História Económica e Social
R. Miguel Lupi, nº 20
1249-078 Lisboa - Portugal
Telf. 213925974
Fax. 213925940
e-mail: ghes@iseg.utl.pt

Resumo

Esta investigação procura avaliar criticamente as referências às teorias das crises e flutuações económicas constantes dos manuais de economia política de ensino universitário em Portugal na primeira metade do século XX e, tanto quanto possível, situar a posição dos seus autores no contexto das correntes internacionais.

As conclusões corroboram o que vários estudos sobre o panorama das ideias económicas em Portugal até meados do século passado apontam, nomeadamente, o atraso da receção da teoria económica e a ausência de produção autónoma naquele período.

Abstract

This research aims to critically assess the references to theories of crises and economic cycles that existed in the main textbooks on political economy of Portuguese universities during the first half of the 20th Century, and, as much as possible, categorise their authors into international trends of economic thought.

The conclusions support the position that the various studies that have been made of the panorama of economic thought in Portugal up to the end of the first half of the past century, have essentially shown, namely, a delay in the reception of new economic theories and an absence of autonomous production during that period.

Keywords: Portugal, crises, economic cycles, economic thought

JEL codes: A23; B10; B20; E32

Plano

1. Introdução
 2. As teorias das crises até à primeira metade do século XX
 3. A abordagem das crises no ensino da Economia Política nas escolas universitárias portuguesas na primeira metade do século XX
 - 3.1. Nas ‘velhas’ teorias da crise
 - 3.2. Na transição entre a teoria da crise e a teoria do ciclo: *as três fases da crise*
 - 3.3. Na teoria do ciclo
 - 3.4. Outras teorias
 4. Observações finais
- Referências bibliográficas

Introdução¹

Após o início do Crescimento Económico Moderno (CEM) os economistas adquiriram rapidamente a percepção da existência de crises nas economias capitalistas desenvolvidas, isto é, que o sistema económico nelas preponderante enfrenta perturbações de equilíbrio. O facto de as correntes dominantes nos primeiros cento e cinquenta anos do CEM, as teorias clássica e neoclássica, considerarem que o sistema económico capitalista é tendencialmente autorregulado, não exigindo intervenção de política económica para corrigir aquele tipo de perturbações, não inibiu os seus autores de se questionarem sobre as causas e os mecanismos de tais perturbações. Acresce que na produção teórica sobre o tema adquiriram relevância correntes e abordagens heterodoxas, nomeadamente a historicista, o materialismo histórico e a institucionalista.

Nos anos 20 do século XX, no contexto das dificuldades monetárias nacionais e internacionais do pós-primeira guerra mundial, mas sobretudo no início dos anos 30, no contexto da crise e da Grande Depressão, com as dificuldades da política económica prevalecente para enfrentar uma situação em que a suposta autorregulação do sistema não funcionava, ou tardava a funcionar, surgiu reflexão inovadora sobre as causas e os mecanismos das crises (e da estagnação), trazendo novas abordagens, refinamentos das já conhecidas e debates sobre o tema. Neste contexto, tomaram particular relevo as teorias monetárias das crises e dos ciclos, que só então tentaram integrar o tópico com as teorias neoclássicas nas suas diferentes vertentes (vg. von Mises, Cassel, Hayek, Hawtrey, Fisher, ...), a que acresce a teoria de Keynes, que viria a ter desenvolvimentos sobretudo no pós-guerra no quadro de dominância da síntese neoclássica-keynesiana.

Vários estudos sobre o panorama das ideias económicas em Portugal na primeira metade do século XX apontam para o atraso da receção da teoria económica internacionalmente dominante, a pouca relevância das correntes heterodoxas e a ausência de produção autónoma (Bastien, 2001).

Contudo, em Portugal, neste período, a receção, mesmo que muito limitada, da teoria económica mais atualizada teve por referência a teoria neoclássica. A passagem posterior, no início dos anos 30, para uma fase de predomínio da teoria económica corporativa, em Portugal como em alguns outros países da Europa do Sul, terá contribuído para atrasar ainda mais a receção quer dos refinamentos neoclássicos, incluindo as suas versões austríacas² (Bastien, 2011). Por outro lado, o conhecimento de Keynes em Portugal até ao segundo pós-segunda guerra

1 Comunicação apresentada ao 8º Encontro da Associação Ibérica de História do Pensamento Económico realizada em Lisboa, em 6 e 7 de Dezembro de 2013.

2 A teoria económica corporativa desvalorizava a autorregulação do mercado a favor da atuação *ex ante* de organismos corporativos.

limitava-se à sua ação como publicista a propósito dos problemas monetários internacionais no período entre guerras, sendo os modernos debates sobre as teorias do crédito na explicação dos ciclos desconhecidos. Neste contexto foi excecional em Portugal a reflexão teórica consistente e atualizada sobre crises e flutuações económicas.

Este *paper* procura avaliar criticamente as referências às teorias das crises e flutuações económicas constantes dos manuais de economia política de ensino universitário em Portugal e, tanto quanto possível, situar a posição dos seus autores no contexto das correntes internacionais³.

2. As teorias das crises até à primeira metade do século XX

As obras de síntese, designadamente dicionários e enciclopédias económicas, antes da segunda guerra mundial, tendiam, na linha de Spiethoff, a classificar as abordagens das crises económicas capitalistas em duas categorias: as ‘velhas’ teorias e as ‘novas’ teorias (Besomi, 2012: 140 e 154-5).

As primeiras consideram que os desequilíbrios, as crises, são resultado de choques externos, procurando explicações *ad hoc* para flutuações da atividade económica na perspetiva de curto prazo. Estão aqui a maioria das abordagens dos autores clássicos, quer de carácter monetário, baseadas no comportamento da moeda e do crédito, como sucede em J. S. Mill, quer as que alimentaram as discussões em torno das teorias da sobreprodução e da desproporcionalidade, como as que envolveram Ricardo, Say e Mill *versus* Malthus e Sismondi. Mas encontram-se aqui igualmente outras teorias, como as protagonizadas por Roscher ou Bohm-Bawerk, que defendem só ser possível a análise individual das crises (Schumpeter, 1994: 1134).

As segundas consideram a crise como uma fase do ciclo e desenvolvem a sua análise segundo a ‘nova’ teoria dos ciclos endógenos; quer considerando, numa perspetiva de conjuntura mais ou menos longa, que não há uma causa específica para cada crise mas que todas têm a sua raiz na fase de expansão que a antecedeu, quer enquadrando de forma mais explícita esta análise numa visão mais estrutural, considerando a crise um fenómeno inerente ao funcionamento do sistema capitalista. No primeiro tipo, enquadram-se inúmeros autores, ainda que associados a escolas e níveis de sofisticação analítica muito díspares. Eles vão desde Juglar e Mitchell, mais inovadores na metodologia do que na teoria, a Tugan-Baranovski, Kondratiev, Aftalion, Lescure,

³ Analisámos os principais manuais de ensino de economia política e social de nível intermédio. Nos de R. Tamagnini Barbosa (1916), J. Azeredo Perdigão (1916) e S. M. Agostinho de Oliveira (1933) as referências ao tema são ou inexistentes ou muito breves. Quando existem, aparecem no contexto da defesa da intervenção corporativa para diminuir os excessos da concorrência ou no da gravidade das crises bancárias, sem contudo revelarem abordagem aprofundada do tema. No de J. Costa Leite (1934) o tema não é referido, apesar do manual revelar um rigor e estrutura mais próximos de manuais de nível universitário.

Sombart, Schumpeter, Hawtrey e von Mises, mais inovadores na teoria que na metodologia. No segundo tipo a referência óbvia é Marx, embora Schumpeter considere também Spiethoff: ‘(...) with the possible exception of Marx, Spiethoff was the first to recognize explicitly that cycles are not merely a non-essential concomitant of capitalist evolution but that they are the essential form of capitalist life’ (Schumpeter, 1994: 1127).

Apesar desta classificação ser provavelmente menos polémica que muitas outras, não deixa de levantar alguns problemas na arrumação de diversos autores. O caso de Tugan-Baranovski é disto exemplo. Allison (2012: 354) mostra que este economista em 1895 considerava as crises como perturbações do equilíbrio entre a oferta e a procura provocadas por várias causas exógenas que desencadeavam sobreprodução; que a partir de 1909 associava a crise à desorganização da indústria moderna, à desproporcionalidade na produção e à desorganização do crédito; mas que só em 1915 passara a considerar explicitamente a recorrência periódica das crises, a sua inserção no ciclo das economias capitalistas, considerando-as então como inerentes à própria natureza do capitalismo e apontando as flutuações na acumulação de capital disponível para empréstimos como a sua causa última.

Outras perspetivas levam a outras classificações na análise das crises e flutuações cíclicas. A que distingue as teorias monetárias, as teorias da sobreprodução/sobrecapitalização e as teorias do subconsumo parece ser particularmente útil para o objetivo desta investigação, uma vez que, como se verá na secção 3, é a que melhor se adequa ao modo como este tópico é apresentado pela generalidade dos economistas portugueses nos seu manuais.

Esta classificação, apesar de muito utilizada na análise da evolução das teorias das crises conduz a algumas simplificações e artificialismos. Schumpeter chamou repetidamente a atenção para este problema, nomeadamente ao sublinhar a dificuldade em separar as teorias monetárias das não monetárias, ou reais, pelo modo como elas interagem (*vd.* Schumpeter, 1994: 1121-22-28)⁴. Igualmente, a separação entre as teorias da sobreprodução e as do subconsumo revela-se frequentemente artificial. Os excessos de produção podem ser vistos como uma falta de poder de compra e por isso como efeito do subconsumo ou inversamente; este problema está refletido na dificuldade que alguns autores portugueses revelam na utilização do termo subconsumo, como se verá na secção 3.

Acresce que é inevitável reconhecer que algumas teorias, ou o que alguns consideram ser o elemento fulcral dessas teorias, não cabem nesta grelha de análise. Estão aqui, por exemplo, a teoria cósmica das flutuações das colheitas (Jevons e Moore), ou as que alguns classificam como teorias psicológicas (Mills, Pigou e mesmo Aftalion e Keynes).

4 ‘(...) the reader will realize without difficulty that even the purely monetary theories of cycles may be included in the ‘investment theories’. For although they locate the causes of the cyclical movement in the monetary sphere, effects upon the plant-and-equipment industries are bound to play some role’ (Schumpeter, 1994: 1128).

A segunda classificação é transversal à primeira sendo por isso possível afinar a análise cruzando as duas classificações e construir uma matriz com seis elementos preenchida com os economistas de referência citados nos manuais de economia política aqui analisados⁵.

Teorias da crise e do ciclo

Teorias	Monetárias	Sobreprodução/sobrecapitalização	Subconsumo
... da crise ('velhas')	C. Coquelin (1802-1852) J. S. Mill (1806-1873) W. Roscher (1817-1894) (b)	J-B. Say (1767-1832) W. Roscher (1817-1894) (b)	T. Malthus (1766-1834) (a) J. Sismondi (1773-1842) (a) K. Rodbertus (1805-1875) (a) W. Roscher (1817-1894) (b)
... do ciclo ('novas')	F. Simiand (1873-1935)	K. Marx (c) (1818-1883), C. Juglar (1819-1905), F. Engels (1820-1895), E. Bernstein (1850-1932), K. Kautsky (1854-1938), M. Tugan-Baranovsky (1865-1919), L. Pohle (1869-1926), A. Spiethoff (1873-1957), A. Aftalion (1874-1956), J. Lescure (1882-1947)	

- (a) Estes autores consideram que os excessos de produção são desencadeados por uma falta de poder de compra de uma ou outra classe: os trabalhadores para Sismondi e Rodbertus; os rentistas para Malthus. A herança malthusiana sublinhou o papel do valor absoluto da poupança, enquanto Sismondi sublinhou a distribuição de rendimento como o elemento essencial de explicação. Sobre a razão que leva a uma coincidência entre os subconsumistas clássicos e a sua posição nos debates sobre a sobreprodução, *vd.* Bleaney, 1976: 83-100.
- (b) Em Hagemann, 2012, sublinha-se o ecletismo de Roscher. Segundo Schumpeter, este historicista revela, além do ecletismo das suas posições, a aceitação do fator de excesso de poupança de Malthus, bem como vários pontos de Sismondi e mesmo a influência de J.S.Mill a propósito do papel da absorção de fundos de investimentos fixos (Schumpeter, 1994: 741-2).
- (c) Apesar de para a maioria dos autores que analisam a posição de Marx (e dos economistas socialistas em geral, nomeadamente Rosa Luxemburgo) ser inequívoco que a sua posição não é classificável como uma teoria do subconsumo, tal teoria não deixou de surgir

⁵ A inclusão de Roscher, mesmo não citado explicitamente nos referidos manuais a propósito deste tópico, deve-se ao facto de nos parecer que as suas ideias estiveram claramente subjacentes em algumas das abordagens ali expressas. Por outro lado, um autor citado por Mamoco e Sousa não aparece no quadro por não nos ter sido possível associá-lo a nenhuma teoria específica. Trata-se de von Bergmann que produziu um estudo em 1895 sobre as teorias das crises no século XIX. Muito citado internacionalmente por ser reconhecidamente uma obra exaustiva e profunda, não aparece como teórico relevante sobre o tema em obras de síntese relevantes como Schumpeter, 1994 ou Besomi, 2012. Igualmente não estão referidos no quadro autores de manuais de economia política citados pelos professores portugueses aqui analisados mas que não são referência internacional no tema. É o caso de Pareto, citado por Bento Carqueja.

recorrentemente associada a Marx. Este facto dever-se-á à circunstância de ser possível atribuir ao subconsumo um papel importante na situação final da estagnação (vd. Schumpeter, 1994: 1132 e Bleaney, 1976: 101-19).

3. A abordagem das crises no ensino da Economia Política nas escolas universitárias portuguesas na primeira metade do século XX

As teorias da crise expostas nos manuais de economia política produzidos nas universidades e por economistas portugueses podem também ser apresentadas sob a forma de matriz, replicando, com adaptações, a apresentada na secção 2.

Vários fatores concorrem para esta necessidade de adaptação. A generalidade dos autores portugueses, mesmo quando expõem a sua leitura, não raro pouco clara ou incorreta, das diferentes teorias, nomeadamente sobre as causas das crises, não explicitam claramente qual adotam. Acresce que a frequente dificuldade em lidarem com algumas das teorias, bem como a tendência eclética presente em muitos deles, torna problemática a sua classificação num elemento da matriz. Por outro lado, o contacto limitado com as teorias e os economistas mais modernos, raramente lhes terá permitido entender em todo o seu alcance a perspetiva da crise no ciclo, mesmo quando referem as três fases detetadas por Juglar.

Ainda assim, ousamos agrupar estes autores em análise em quatro grupos: o dos que adotam as 'velhas' teorias da crise, o dos que aparentam situar-se numa fase de transição entre as 'velhas' e as 'novas' teorias, um grupo singular com o que revela ter uma perspetiva da crise no ciclo e um grupo residual com um autor não classificável à luz dos critérios apresentados.

Teorias da crise e do ciclo⁶

Teorias	Monetárias...Sobreprodução/sobrecapitalização...Subconsumo
... da crise (‘velhas’)	J. Marnoco e Sousa (1869-1916) A. Oliveira Salazar (1889-1970) R. Ennes Ulrich (1883-1966)
... de transição	M. Amzalak (1892-1978) A. Vieira da Rocha (1885-1950) / Armindo Monteiro (1896-1955) B. Carqueja (1860-1935) A. Marques Guedes (1886-1958)
... do ciclo (‘novas’)	J. Costa Leite (Lumbrakes) (1905-1975)
Outras	A. Lino Neto (1873-1961)

3.1. Nas ‘velhas’ teorias da crise

Parece razoável referir neste primeiro grupo os dois professores de Coimbra, J. Marnoco e Sousa e A. Oliveira Salazar, e ainda R. Ennes Ulrich, sendo que este último, apesar de ter também lecionado em Coimbra, foi já como professor na Faculdade de Direito de Lisboa que produziu o manual aqui em análise. Com quase vinte anos a separá-los, o manual de Oliveira Salazar acrescenta muito pouco ao do seu antecessor, reproduzindo-o no essencial. Marnoco e Sousa, no final da primeira década do século XX, tinha lido (aparentemente em alemão) a exaustiva obra de von Bergmann *Die Wirtschaftskrisen: Geschichte der nationalökonomischen Krisentheorien*, publicada em 1895, o artigo de Lescure *Surproduction générale ou surproduction généralisée* publicado na *Revue d'Economie Politique*, em 1910, e certamente também *O Capital* de Marx.

⁶ A referência aos autores segue a ordem cronológica de publicação dos manuais analisados.

Apesar destas referências teóricas e de uma muito breve alusão à recorrência das crises em que defende, contra a posição de Jevons, a acumulação de capitais como causa de sobreprodução, não avança uma explicação da crise no âmbito do ciclo económico. O mesmo sucede no manual de Oliveira Salazar mesmo se este refere e descreve de forma muito sumária, as ‘três fases da crise’. Ruy Ennes Ulrich, apesar de escrever em 1947, não faz qualquer referência a ciclos económicos ou sequer à recorrência das crises, tratando-as assim implicitamente como desequilíbrios de curto prazo entre a produção e o consumo causados pelo efeito negativo do sobreinvestimento em capital fixo.

Marnoco e Sousa

A análise dos diversos manuais publicados por Marnoco e Sousa revela que este economista não considerava a problemática das crises particularmente relevante (vd. Sousa, 1907 e 1910 [1997]).

As referências expressas aos autores estrangeiros mais importantes são raras, com exceção dos já citados de Lescure e von Bergmann, predominando as referências a fontes secundárias, designadamente aos manuais de economia política de Camillo Supino, de Achille Loria e de John Cairnes. Limita-se fundamentalmente a apresentar e a discutir brevemente a visão dos economistas clássicos e a dos economistas socialistas. Em relação aos primeiros refere as posições de Say e de Malthus, para defender a posição daquele acerca da impossibilidade de sobreprodução geral e para acusar Malthus de conservadorismo ao justificar o ‘parasitismo das classes capitalistas’ ao sublinhar a necessidade de uma classe improdutiva para absorver ‘pela prodigalidade e dissipação’ o excesso geral de produção. Expõe o que se lhe afigura ser, segundo Marx e Engels, a causa da hiperprodução capitalista’, geral e crónica, isto é, o subconsumo quer das massas, ‘por falta de meios de compra’, quer dos capitalistas pelos limites naturais ao consumo e pela sobreacumulação de meios de produção (cf. Sousa, 1910 [1997]: 210). Porém, noutro momento, contradita esta posição referindo uma passagem do próprio Marx no volume II de *O Capital* na qual este reconhece que ‘a explicação das crises por insuficiência de consumidores é uma pura tautologia’ (*idem*: 243) e antes nomeia como fatores para o desencadear das crises a renovação periódica de capital fixo, a intermitência do sistema fabril, a quebra na taxa de lucro e a influência da internacionalização da economia (*idem*: 244-5). Parece, assim, ter a visão correta, mas longe de consensual no seu tempo, de que não é possível atribuir a Marx uma teoria do subconsumo para explicar o ciclo económico (vd. Schumpeter, 1994: 1131-2).

A propósito do papel da economia mundial, em formação no período, Marnoco e Sousa refere o que designa de socialistas ‘modernos’, nomeadamente Kautsky e Bernstein, notando que estes continuam a acreditar erradamente na sobreprodução ‘crónica’, apenas ‘atrasada’ pelas facilidades de crédito e pelos efeitos da abertura de mercados (cf. Sousa, 1907: 245-9 e 1910 [1997]: 210-11).

Esta referência revela uma razoável atualização dos conhecimentos referentes a esta corrente heterodoxa. Acrescenta ainda com base na lei dos mercados: 'Os desequilíbrios têm um caráter accidental e temporário e não podem ser considerados resultado de um vício constitucional do regime capitalista derivado da desigualdade da repartição capitalista' (Sousa, 1907: 243-4).

Marnoco e Sousa acaba assim a defender a ideia de sobreprodução parcial generalizada e a admitir que a teoria clássica, a respeito da produção capitalista, sendo lógica, enferma do problema das teorias dedutivas, já que parte de pressupostos irrealistas ao desprezar os desfasamentos temporais, a lentidão dos processos de adaptação, o crédito e ainda o protecionismo e a colocação de capitais em empréstimos públicos.

A sua explicação das causas das crises (de sobreprodução parcial generalizada) revela uma visão eclética, sem menção a autores de referência habitual neste tema e na linha das 'velhas' teorias. Como é expectável no historicismo e noutras correntes indutivas, como o socialismo catedrático, em que Marnoco e Sousa se enquadra, considera que as crises resultam de choques externos que podem ter origem diversa. Uma dessas origens é o excesso de consumo, público ou privado, que pode diminuir a acumulação de capital. Outra origem estaria no excesso de produção num dado setor (causado por má avaliação das necessidades dos consumidores) irradiando para as outras indústrias dada a sua interligação a montante e a jusante.

Marnoco e Sousa apresenta também a este propósito uma versão simples da teoria quantitativa da moeda para explicar o desencadear de certo tipo de crises: 'a crise monetária'. Trata-se de uma sobreprodução em relação à moeda, e aos seus sucedâneos, que se traduz numa baixa geral de preços devido a uma insuficiente produção de metais preciosos. Volta aos mecanismos monetários alicerçados numa teoria psicológica em outra parte de um seu outro manual em que introduz um curto ponto sobre crises (*idem*: 418-20). Ali sublinha a importância da confiança no mecanismo de crédito que, quando deixa de existir, provoca uma crise por desencadear uma procura acrescida de moeda metálica que se torna insuficiente para as necessidades de circulação. O aumento da taxa de desconto, aumenta mais ainda a desconfiança e esta dificulta o restabelecimento da normalidade. Marnoco e Sousa considera que cabe à ação dos bancos inverter a situação concedendo facilidades de crédito a quem dê garantias e recusando-o a especuladores.

Este autor considera que outros fatores podem ainda contribuir para os desequilíbrios. Aponta aspetos internacionais, nomeadamente a interrupção no comércio externo e os choques cambiais; fenómenos de desequilíbrio na distribuição do rendimento, a que acima se fez menção a propósito das teorias socialistas; a quebra do lucro, que pode levar os capitalistas a canalizarem a riqueza para atividades com elevado risco ou especulativas e por isso a sofrerem perdas significativas.

As referências relativas à recorrência das crises limitam-se à teoria de Jevons, que critica. Mas considera que a sua causa está na acumulação contínua de capitais que provoca a sobreprodução e a formação de empresas 'arriscadas' cujo insucesso destrói muitos capitais. 'Liquidada a crise

começa outro período de prosperidade onde se verifica outra acumulação de capitais que há-de conduzir a outra derrocada económica' (Sousa, 1910 [1997]: 209). Apesar de parecer revelar aspetos da teoria de Lescure, e até o que viria a ser a teoria da destruição criativa de Schumpeter, a referência para este breve raciocínio é o manual de economia política de C. Supino.

Parece claro, contudo, que Marnoco e Sousa, pela forma como apresenta as causas das crises, não enquadra a análise destas na do ciclo. Centra-se nos múltiplos sintomas do desequilíbrio e não nas condições que na prosperidade o desencadeiam. As observações feitas por Schumpeter à posição eclética de Roscher sobre o tópico das crises, parecem ajustar-se em boa parte ao que acabámos de referir sobre o que Marnoco e Sousa revela nos seus manuais⁷.

Oliveira Salazar

Alberto Menano em 1927 coligiu os apontamentos das preleções de António Oliveira Salazar, que substituiu Marnoco e Sousa, na regência do curso de Economia Política na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. A teoria das crises é tratada no ponto 43 dos referidos apontamentos (Salazar, 1927: 387- 404).

A proximidade do texto das preleções com o manual de economia política de Marnoco e Sousa sobre este tópico é evidente, quer na estrutura expositiva quer nos conteúdos. Em algumas passagens é mesmo notória a identidade literal dos textos, nomeadamente na exposição e comentários da controvérsia na escola clássica e no tratamento das escolas socialistas. Em ambos também a mesma conclusão básica, que Salazar formula nos seguintes termos: 'não admitimos o excesso geral de produção e achamos preferível a teoria das crises por excesso parcial generalizada, perfeitamente explicáveis por o progresso nem sempre se dar paralelamente em todas as indústrias' (*idem*: 397).

No essencial, Salazar aponta a mesma variedade de causas possíveis das crises com as mesmas explicações, embora refira explicitamente alguns outros tipos não mencionados por Marnoco e Sousa: as crises deficitárias, que associa à excessiva regulamentação das indústrias e à imposição de barreiras aduaneiras, mas que considera serem na altura já raras pela disponibilidade de transportes eficientes; as crises provocadas pela guerra, que considera resultarem da falta de transportes e do 'desvio de braços', criando situações simultâneas de

⁷ Schumpeter considera Roscher, um dos economistas capazes da segunda metade do século XIX que, na linha de Sismondi, defendia que '(...) crises will occur when anything of sufficient importance goes wrong. (...) Roscher presented what can only be described as a fricassee of most of the ideas that were current at the time he wrote.' (Schumpeter, 1994: 741-2).

sobreconsumo e falta de produção; e as crises financeiras, estas por decomposição das crises monetárias referidas por Marnoco e Sousa⁸.

Em todos estes casos, considera que as crises têm três fases: a preparação, a fase crítica e a fase de liquidação; a descrição sumária parte do aumento dos preços que atrai capitais e conduz ao aumento exagerado da produção. Substitui a 'acumulação contínua de capital' de Marnoco e Sousa como causa da repercussão da crise pelo 'processo técnico de produção', para além do papel do crédito que já aparecia no seu predecessor. Mais uma vez os preços e as suas flutuações a surgirem como causa da flutuação da atividade económica.

Salazar acrescenta ao texto daquele economista uma breve descrição das principais crises portuguesas e suas causas onde ressalta a boa análise que faz da crise de 1891.

Significativa a bibliografia geral que apresenta sobre o tópico. Para além de vários manuais de Marnoco e Sousa aparecem Nogaro, Gide, Perreau, Brouilhet, Colson e Leroy-Beaulieu, fundamentalmente manuais de economia política e não obras de referência sobre crises e flutuações.

Ruy Ennes Ulrich

As lições de economia política de Ruy Ennes Ulrich, publicadas por Luiz Tomé e António Silva Branco em 1947, tratam a questão das crises económicas de uma forma muito geral e pouco rigorosa, com rara referência às diversas teorias e aos seus autores. Adivinha-se a ausência de leitura direta das obras de referência sobre este tema, apesar de Ulrich ter na sua bibliografia um texto sobre este tópico produzido ainda enquanto aluno da Universidade de Coimbra (Ulrich, 1902). É a propósito dos '*aspectos técnicos da produção*' e dos '*limites da produção*' que trata o tema. O primeiro fator que associa às crises económicas é o capital. Considera que este pode ser escasso ou entesourado, sublinha o efeito negativo do sobreinvestimento em capital fixo (relativamente ao capital circulante) pela sua menor mobilidade e nota que: 'É por isso que os países onde predomina o capital fixo estão sempre mais sujeitos a crises e a graves perturbações económicas' (Ulrich, 1947: 263). Neste raciocínio estarão subjacentes algumas ideias de Spiethoff, nomeadamente quando este refere a importância das condições técnicas e económicas inerentes ao sistema capitalista como um fator importante de sobreprodução e quando sublinha que a sobreprodução relevante é a que se desencadeia nos bens de investimento. Ainda a propósito do capital físico elenca múltiplos inconvenientes das 'máquinas', refere que a sua utilização não é equilibrada em

⁸ Considera crise monetária quando a rutura do equilíbrio se verifica na mercadoria 'moeda metálica', dando como exemplo a que se estava a sentir em Portugal com a enorme desvalorização do escudo; crise financeira quando a rutura se verifica em outros meios de circulação, nomeadamente títulos de crédito e valores mobiliários, que pode ser resultado de especulação ou abuso de crédito.

todos os setores e que elas são fator de sobreprodução por estimularem a produção. Apoia a este propósito a posição de Sismondi, contra Bastiat, sobre o efeito devastador das máquinas no emprego (*idem*: 283) e conclui que: ‘apenas é lícito esperar que não se dê nos nossos dias uma revolução industrial tão violenta como a que se seguiu à descoberta da máquina a vapor no princípio do século XIX’ (*idem*: 284). Considera que a concorrência e o liberalismo conduziram a crises periódicas e que este último se mostrou ‘impotente para corrigir’, notando asinda assim, que o mecanismo de preços ainda é o melhor regulador da produção e o meio que permite prever as crises e tomar algumas medidas. Ulrich termina com uma referência à sobreprodução no contexto da lei dos mercados, que inicia com a seguinte frase: ‘Os economistas, em geral, negam que haja sobreprodução, pois, se dividirmos a produção total do mundo pelo número dos seus habitantes, chegaremos a um cociente ínfimo para cada um’ (*idem*: 328). Apoia a lei dos mercados de Say, que expõe, afirmando que Sismondi e Marx, cujas teorias não detalha, têm uma visão pessimista sobre o tema, mas acaba por introduzir uma teoria implícita de subconsumo operário: ‘A falta de mercado [para um bem] não vem da falta de desejo dos consumidores mas da falta de produtos destes para a troca (...) dá-se então a sobre-produção do referido bem pois o consumidor não consegue dar por ele um valor superior ao custo de produção’ (*idem*: 330). Surpreende neste contexto a ausência de referências à atuação de fatores monetários e financeiros quando se sabe que estes aspetos foram tema privilegiado da sua reflexão (Bastien, 2001a: 336).

3.2. Na transição entre a teoria da crise e a teoria do ciclo: *as três fases da crise*

Na sua maioria, os autores de manuais de economia política aqui classificados ocupam-se já da questão da periodicidade das crises e das flutuações cíclicas, apesar de só excecionalmente discutirem a existência de ciclos de diferente amplitude, nomeadamente ciclos longos (B. Carqueja é a exceção), e de, em nenhum caso, referirem, nomeadamente, as teorias de Kondratiev ou de Schumpeter. Descrevem, nem sempre de forma clara e muito correta, o mecanismo das flutuações segundo as três fases detetadas por Juglar e outros economistas que, em vários casos, são explicitamente referidos. Mas a expressão *as três fases da crise*, denota a dificuldade em entenderem verdadeiramente a abordagem da crise no ciclo. A dificuldade em expor as teorias mais complexas e, sobretudo, as diferenças, por vezes subtis, entre os seus autores (vg. Aftalion e Lescure) revela também como esta perspetiva estava ainda muito incipiente na maioria dos professores de economia política em Portugal. A confusão entre indicadores da crise e das flutuações e as suas causas é recorrente entre estes autores. A maioria sugere que as condições técnicas de produção (capitalista) e o mecanismo de crédito têm um papel importante na recorrência das crises, o que em rigor vai traduzir-se numa perspetiva eclética em que a separação entre fatores monetários e reais é difícil e os aspectos psicológicos surgem valorizados.

Por outro lado, as teorias clássicas a propósito da lei dos mercados (sobreprodução geral, sobreprodução parcial, sobreprodução parcial generalizada) continuam a ocupar uma posição de relevo nas suas reflexões.

Moses B. Amzalak

Amzalak, professor do Instituto Superior do Comércio/Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISC/ISCEF) redigiu as lições da cadeira *Mercados comerciais* que lecionou no ano letivo de 1921-1922. No capítulo IX dessas lições (*Os mercados comerciais e as crises económicas*), depois de caracterizar a crise como uma perturbação grave entre produção e consumo, nomeia várias tipologias de crises associando-as aos seus autores. Cita a este propósito as obras de Cauwés, Leroy-Beaulieu, Gide, mas também R. Ulrich e A. Oliveira Salazar, sublinhando que muitos economistas, como Say, Juglar, Coquelin, apenas consideraram uma categoria: crises comerciais.

Quanto às causas das crises, Amzalak, numa abordagem eclética e pouco crítica, considera dois tipos: as causas objetivas e as causas subjetivas.

Decompõe as primeiras em cinco subtipos sem, a este propósito, nomear qualquer economista de referência. Uma primeira causa encontra-a no excesso de procura ou na quebra do consumo; a segunda causa que aponta tem a ver com a organização da indústria moderna, que explica muito brevemente com argumentos que se aproximam, mesmo que por vezes truncados e sem inserção no ciclo, aos de Spiethoff e Lescure. Considera assim que a indústria moderna leva a imobilizações e grandes despesas em capital fixo, o que cria escassez de capital circulante. Por outro lado, os custos de produção neste sector tendem a aumentar sempre que se reduz a produção, o que provoca um aumento dos custos gerais por unidade produzida. Amzalak não conclui, ao contrário de Lescure, que isto se repercute na quebra de lucros e na consequente retração do investimento. Uma terceira causa referida é a perturbação do comércio internacional quer por interrupção quer por efeito de alterações nas pautas aduaneiras, e a quarta causa é de cariz monetário, concretamente a alteração no valor da moeda. Finalmente refere o efeito da desigual distribuição do rendimento na sociedade capitalista; chama a atenção para a existência simultânea de um problema do subconsumo capitalista e do subconsumo da grande maioria da população, pelo limitado poder de compra de que dispõe.

As causas subjetivas das crises associa-as Amzalak à psicologia humana, que considera ser 'o substrato de todos os fenómenos económicos' (Amzalak, 1922: 285), isto é, picos de confiança e de desconfiança geradores do carácter 'ondulatório' do fenómeno. Considera ainda que a causa de a crise se generalizar a toda a economia está, para além do fator psicológico, no processo técnico de produção e no crédito (*idem*: 286). Estamos assim perante uma posição eclética em que os fatores reais, psicológicos e monetários estão presentes e interligam-se.

No ponto seguinte (*As fases da crise*), descreve o mecanismo das três fases distintas porque 'passam as crises económicas' da forma típica dos autores portugueses da época (neste caso cita A. Oliveira Salazar): a fase de preparação; a fase crítica, o *Krach*; a fase de liquidação. Parte da evolução (alta) dos preços, refere o momento crítico da generalização da crise a toda a produção; anuncia a liquidação como antecedendo a normalização da vida económica. Em seguida retoma a evolução dos preços para anunciar que à alta de preços se segue uma baixa de preços que acaba por levar os capitalistas a retraírem-se na aplicação de capitais conduzindo à redução da produção. Haverá uma altura em que os preços se tornam remuneradores e se caminha para uma situação de excesso de produção de novo. Esta descrição simplista centra-se assim não nos mecanismos económicos que desencadeiam as flutuações mas num indicador dessa flutuação: os preços.

Sobre a periodicidade das crises, considera que apesar de haver uma certa regularidade não é possível estabelecer períodos fixos, afirmando que o intervalo entre duas crises depende da 'intensidade da primeira e do seu esquecimento' (*idem*: 288). Elenca, com referência a Juglar e a Siegfried, os índices que revelam as crises, sobretudo os comerciais (em particular os preços) e os financeiros, os índices de produção industrial e agrícola e ainda índices sociais (greves, desemprego,...).

Uma consequência da sua abordagem é a aceitação da intervenção do Estado para prevenir e reduzir o impacto das crises, incluindo o aumento da proteção pautal. A concessão de facilidades nos pagamentos na atividade comercial e industrial e a cartelização são também apontados como meios de enfrentar as situações de crise.

Albino Vieira da Rocha/ Armindo Monteiro

Albino Vieira da Rocha, professor de Economia Política na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, dedicou alguma atenção ao tema das crises e ciclos nas suas lições. Os sumários dessas lições referentes ao ano letivo de 1922-1923 merecem especial atenção. Manuscritos e editados por Armindo Monteiro (Rocha, 1922), à data ainda seu assistente, foram aprovados pelo regente e revelam existir uma única lição (50^a) dedicada ao tema das crises económicas. O curto sumário (1 1/3 páginas manuscritas) foi posteriormente desenvolvido por Armindo Monteiro nas suas lições (Monteiro, 1922).

A exposição começa por apontar a existência de três tipos de crises segundo a sua origem: crises monetárias, que associa ao aumento da circulação monetária ou a alterações na sua composição; crises de produção, exemplificando com as crises agrícolas provocadas por alterações climáticas, e crises de especulação.

Num outro ponto, Armindo Monteiro apresenta uma outra tipologia que refere quatro tipos de crises: as crises deficitárias, caracterizadas por o consumo exceder a produção, as crises de sobreprodução, quando se verifica o oposto; as crises gerais, que afetam toda a economia, e as

crises ‘especiais’, que afetam um determinado ‘fator [setor?] produtivo’ ou um seu ‘elemento’⁹. Contudo, considera que a ‘solidariedade económica’ tende a generalizar estas crises parciais.

A lição centra-se nas crises de sobreprodução, ‘por definição’ gerais e periódicas. O caráter ‘ritmico’ é associado ‘à técnica moderna [que] trouxe à vida económica uma regularidade (...), a sua marcha como que passou a estar dividida em ciclos’. Considera-se que a periodicidade varia entre 8 e 11 anos e refere, a título de exemplo, os ciclos de 10 anos de Jevons, sem contudo referir a sua causa. Segue-se uma descrição pouco rigorosa da ‘marcha das crises’ em que os termos ‘crise’ e ‘ciclo’ são utilizados indiscriminadamente: ‘Todas as crises de sobreprodução são caracterizadas por três períodos’ (*idem*: 131). Considera que esse movimento cíclico depende do nível médio dos preços, fundamentando essa ideia numa referência a Aftalion. O período de prosperidade (industrial) é motivado pela alta de preços; os produtores aumentam ‘naturalmente’ a produção, transformam as empresas e os meios de produção e recorrem ao crédito. Nesta fase os bancos responderiam aumentando a taxa de desconto e lançando no mercado notas, ações e obrigações, criando especulação que por seu turno aumenta a produção: ‘Esta, não conhece mais limites e perde a noção exata da capacidade do mercado. A bolsa interveio: provocou mais aumentos de produção; negociou as reservas; aumentou os descontos, o preço do dinheiro subiu, [os lucros e os salários também] (...) e a vida assume um aspecto de prosperidade geral’. Surge então a explicação da viragem de fase: ‘Porém, é do destino humano, que a prosperidade tenha em si a depressão’ (*idem*: 131-2). Chega o momento em que a procura é insuficiente, em que não é possível travar logo a produção, em que os preços caem, em que a confiança é abalada com a primeira falência que antecede a segunda fase, o *Krach*. É então o momento do ‘desmoronamento como um castelo de cartas’, isto é, a quebra acentuada de preços, a redução do crédito, o aumento da taxa de juro e da taxa de desconto, falências e desemprego. Esta situação desencadeia a terceira fase: pouco a pouco os *stocks* acumulados são consumidos e ‘recomeça-se prudentemente a negociar’; com o sucesso do primeiro negócio, a confiança e os capitais voltam. Contrariando a visão da generalidade dos autores aqui citados, a descrição desta terceira fase revela um movimento de recuperação e não de liquidação. Esta explicação do encadeamento das fases do ciclo revela alguma confusão entre a variação dos preços como indicador ou como causa da crise (e do ciclo), já que aponta como causa dos movimentos cíclicos aspetos monetários (crédito) e psicológicos, ainda que desencadeados pela variação dos preços.

Finalmente, Armindo Monteiro apresenta quatro teorias explicativas das crises declarando, contudo, que nenhuma o satisfaz. As explicações são imprecisas, e mesmo incorretas, e

9 Numa tipologia com base na incidência a dicotomia será ‘gerais’ vs ‘parciais’. Bento Carqueja também utiliza o termo ‘especiais’ no sentido de ‘parciais’, na linha de Roscher.

difficilmente é possível distinguir verdadeiramente as diferenças entre as três últimas, associadas a fenómenos de sobreacumulação e sobreinvestimento.

A teoria socialista do subconsumo, que atribui a Rodbertus, Marx, Engels e Kautsky, explica a sobreprodução total pela organização capitalista da produção. Segundo Monteiro e na linha de Sismondi, esta organização, ‘espicaçada’ pela concorrência, tende a não ter limites enquanto o mercado é limitado pelo baixo salário e poder de consumo dos operários. A teoria da mais-valia de Marx aparece a sintetizar os problemas do sistema produtivo, nomeadamente a justificar o baixo nível do salário operário e a desproporção entre o que produzem e o que consomem: ‘pelo facto do empresário tirar d’antemão determinada quantia do produto do trabalho dos seus operários e que destina ao seu lucro’ (*idem*: 134). Neste contexto, o carácter geral das crises é associada ao fenómeno do lucro [ser] geral (...) em todos os ramos de produção. Os empresários mesmo satisfazendo todas as suas necessidades só consomem uma parte do lucro, poupando o excedente e agravando a situação de subconsumo. Trata-se agora de uma teoria simplista do subconsumo capitalista que não se confunde com a teoria de sobrepoupança de Malthus (Schumpeter, 1954: 740). A esta teoria Monteiro opõe quatro contra-argumentos que resume de forma sumária e com fraco rigor: i. as crises desencadeiam-se nas fases em que os salários são ‘máximos’ e por isso em que a capacidade de consumo é máxima; ii. a poupança capitalista é uma característica permanente da organização económica, logo as crises deveriam ser permanentes e crónicas contrariamente à realidade; iii. não há sobreprodução geral, mas apenas generalizável por solidariedade económica; iv. os produtores seguem as indicações dos preços e dado que as necessidades são infinitas a economia capitalista não conduz à sobreprodução mas à diversificação da produção para poder satisfazer todas as necessidades.

Armindo Monteiro refere em segundo lugar a teoria de Aftalion que, na sua opinião, explica as crises de sobreprodução pelas condições técnicas de produção capitalista. A apresentação da teoria limita-se à descrição do que Armindo Monteiro apresentou como a ‘marcha da crise’ ou as suas diferentes fases, a partir da necessidade de transformação e desenvolvimento de capital fixo que começa por desencadear prosperidade nas indústrias metalúrgicas. Não refere, assim, o aspeto essencial da teoria do ciclo de Aftalion, nomeadamente a teoria do desfaseamento temporal entre a procura de bens de investimento por parte dos capitalistas e a procura de bens de consumo final que acaba criando uma situação de quebra de lucros por redução de preços.

Monteiro atribui a terceira teoria a Juglar e a Pareto considerando, contudo, que quem a desenvolveu terão sido Tugan-Baranovsky e Spiethoff. Mais uma vez uma apresentação imprecisa da teoria. Na sua leitura (...) ‘são os movimentos da economia [poupança] que explicam o processo rítmico da produção’ (*idem*: 135). Parte da fase de depressão em que os capitais estão inativos nas mãos de particulares ou nos bancos, passando ‘depois’ na fase da prosperidade esses fundos em reserva a ser aplicados em capital fixo induzindo o crescimento da produção. Mas este aumento da

produção é maior do que o rendimento gerado ‘recentemente’ que não absorve toda a produção dando origem à crise.

A crítica a estas duas últimas teorias assenta na ideia de que elas são muito limitadas face aos múltiplos aspetos que atuam numa crise geral e que é preciso a ação de um fator psicológico associado à confiança (ou desconfiança) dos produtores face às indicações dadas pelo mercado. Trata-se de uma crítica totalmente desajustada pois a teoria de Spiethoff, um institucionalista, é particularmente rica por levar em consideração inúmeros fatores (incluindo o psicológico) e a forma como se relacionam com a expansão do capital fixo (Schumpeter, 1954: 1127).

A teoria de Lescure, é apresentada como considerando a causa principal das crises de sobreprodução a irregularidade do lucro do empresário. A fase de prosperidade surge aí como um período em que a tendência é de redução progressiva do lucro por, apesar dos custos de produção e do preço de venda aumentarem, se verificar uma desproporção entre os dois aumentos. Face à redução progressiva da margem de lucro, o empresário reduz as suas encomendas e o investimento em capital fixo (‘utensilhagem’) até à paralisação das indústrias que produzem os meios de produção. Surge a crise e transmite-se a toda a atividade económica. Daqui advém o aumento de poupança, a redução do custo de produção e o aumento progressivo da margem de lucro. A exposição é incompleta. Não considera o desfasamento temporal e setorial e não deixa clara a ideia de que a razão essencial da quebra de lucro se deve à circunstância de os custos de exploração das últimas empresas a chegar ao mercado se revelarem maiores que os previstos à entrada (Lescure, 1938: 529 e ss).

Armindo Monteiro considera esta a menos má das teorias apresentadas. Apesar de notar que a explicação da baixa do lucro é insuficiente ‘porque a diminuição é apenas de percentagens enquanto que o lucro recebido aumenta’, considera que tem uma ‘notável vantagem’ por refletir uma explicação psicológica para a ‘solidariedade económica’ (*idem*: 137).

O tópico das crises termina com breves referências às crises deficitárias e às crises monetárias. Relativamente às primeiras, que levam a alta de preços e à quebra de salários e lucros, considera que estas podem desencadear uma crise de sobreprodução se o peso do setor em que têm origem é muito importante no conjunto da estrutura produtiva; das segundas limita-se a considerar os efeitos provocados pela flutuações na quantidade de moeda em circulação, aceitando a teoria quantitativa da moeda na sua versão mais simples e sem referência ao crédito.

A bibliografia e as poucas referências são de manuais de economia política, nomeadamente o de Pareto e o de Gide e as obras sobre crises de Juglar, Aftalion, Lescure, e Tugan-Baranovsky.

Bento Carqueja

O manual de economia política de Bento Carqueja (Carqueja, 1926), professor da Faculdade de Engenharia de Porto, trata o tema das crises económicas com algum detalhe. Dedicar-lhe 22

páginas no capítulo X, sobre *Limitação da produção*, e cerca de cinco páginas quando se ocupa da *Estabilização dos preços* no contexto das funções da moeda e do crédito. De uma classificação das crises segundo as suas causas (deficitárias e de sobreprodução); segundo o tipo de desequilíbrio (monetárias, financeiras, industriais ou comerciais - que podem resultar do abuso do crédito ou da especulação) e segundo a incidência (parcial e localizada ou geral e periódica), Carqueja passa ao tema da periodicidade das crises de sobreprodução, descrevendo as três fases do ciclo com referência a Aftalion, Lescure e Juglar. Associa a prosperidade à introdução de 'maquinismos' com recurso ao crédito por desconto de letras e aumento da circulação fiduciária; à segunda fase, que não denomina, associa a quebra rápida de preços, pânico, quebra do valor dos ativos e desaparecimento do crédito; à fase de liquidação, associa o surgimento das condições de reanimação da confiança e dos preços depois da redução da produção, que desemboca em novo período de prosperidade. Considera que as oscilações cíclicas não implicam regularidade, citando e contraditando a ideia de Jevons sobre o ciclo decenal. Refere a deteção de 'movimento de alta e longa duração', a partir dos índices de preços de Sauerbeck para a Grã-Bretanha (1850-1873 de alta, 1873-1896 de baixa e outro de alta após aquela data). Citando mais uma vez Juglar, considera os indicadores de atividade bancária (carteira comercial dos bancos de emissão e depósitos) os essenciais na deteção do mecanismo do ciclo mas aponta igualmente outros indicadores, nomeadamente o movimento dos preços, do emprego, do comércio externo e do tráfego de caminho de ferro.

A este propósito, Carqueja não deixa de introduzir o que lhe parece constituir uma desejável intervenção do Estado nestas conjunturas. Considera que a 'falta de segurança do Estado' contribui para o 'desaparecimento do crédito' e que a aparente recorrência das crises permite utilizar indicadores para diagnosticar a sua chegada e atenuar os seus efeitos (seguramente pela ação do Estado).

Referindo-se às teorias das crises dominantes na cena internacional, divide-as em teorias da sobreprodução e teorias do subconsumo. Apresenta criticamente os argumentos utilizados por alguns autores, embora sem a preocupação de os defender ou rejeitar, com exceção aparente de uma das teorias que classifica de subconsumo.

Em relação às primeiras considera apenas o debate relativo à lei dos mercados, nomeadamente a polémica Say *versus* Sismondi e a teoria da sobreprodução parcial generalizada, que considera uma tentativa mal conseguida de resolver as inconsistências daquela lei. Defende a impossibilidade de haver um excesso geral de mercadorias, considerando a teoria dos mercados 'no essencial' verdadeira. Defende também a razoabilidade da teoria de sobreprodução parcial por rutura do equilíbrio entre os diferentes sectores. Considera que a solução para o desequilíbrio setorial está no automatismo do mecanismo dos preços, que regula a 'repartição das forças produtivas entre as indústrias'. Todavia, reconhece que a mobilidade dos recursos produtivos não é instantânea podendo por isso resultar no funcionamento imperfeito daquele mecanismo. Contudo,

citando Aftalion, nota que a realidade mostra que o índice geral de preços cai e por vezes de forma profunda. A teoria da sobreprodução parcial generalizada ('repercussões sucessivas da sobreprodução parcial') parece-lhe aderir mais à realidade mas, admite que no fim do movimento revela-se o carácter geral (ou generalizado...) da sobreprodução.

Relativamente às teorias do subconsumo, Carqueja apresenta-as a partir da ideia de insuficiência da procura e subdivide-as em duas versões: a do subconsumo operário e a do subconsumo capitalista. A primeira, que considera infundada, assenta na ideia de falta de poder aquisitivo das classes operárias. Raciocina, mais uma vez, a partir da lei dos mercados: o 'poder aquisitivo global' é sempre igual à 'produção total' e por isso, mesmo que os salários cresçam pouco, outros grupos podem compensar adquirindo mais porque os seus rendimentos estão a crescer mais. Admite que possa haver uma situação de sobreprodução parcial nas indústrias de produção de bens destinados aos trabalhadores, mas essa sobreprodução seria compensada por subprodução nas indústrias destinadas ao consumo das classes afluentes. Aqui Carqueja afasta-se de Sismondi e de Rodbertus e usa um argumento simplificado do que viria a ser explicitado por Schumpeter: 'This theory [sponsored by Sismondi and Rodbertus] (...) is beneath discussion since it involves neglect of the elementary fact that inadequacy (...) of the wage income to buy the whole product at cost-covering prices would not prevent hitchless production in response to the demand of non-wage earners either for luxury goods or for investment' (Schumpeter, 1994: 740 n4).

Bento Carqueja aprecia fundamentalmente as teorias que atribuem a causa das crises 'ao subconsumo capitalista, ou à falta de capital'. Uma exposição pouco clara permite ainda assim vislumbrar uma distinção entre teorias monetárias, baseadas na escassez de moeda e de crédito, e teorias do investimento.

No que respeita à falta de moeda remete para os debates da primeira metade do século XIX, considerando que neste período a teoria das crises estava muito ligada à organização bancária. Apresenta a propósito a posição dos partidários da *currency school* sobre os efeitos da emissão exagerada de notas no desencadear da crise, sem fazer comentários ou citar autores.

Em relação à falta de crédito, Carqueja remete para J. S. Mill e 'em certa medida para Juglar'; descreve esta teoria do movimento cíclico, refletido no comportamento dos preços, em função da reação de maior ou menor confiança/otimismo, no espírito de iniciativa dos capitalistas e no recurso ao crédito. 'O abuso do crédito e do espírito de iniciativa fazem desenvolver excessivamente a atividade produtiva e conduzem a exagerada alta dos preços. Trata-se de uma situação de sobreinvestimento. Como não pode durar sempre a confiança naquela alta de preços (...) chega o momento em que o detentor das mercadorias tem de vendê-las por todo o preço e é então que surge a crise, com o seu cortejo de ruína, aparecendo a desconfiança. O crédito reduz-se, o espírito de iniciativa desalenta e não ousa tentar coisa alguma (...) até esquecerem os desastres antigos' (Carqueja, 1926: 655-6).

Esta teoria parece explicar a crise pelo excesso de crédito e não pela falta dele e sobretudo a sua descrição parece muito influenciada por Aftalion: uma explicação psicológica da crise associada a uma produção com perda para o produtor, por quebra de preços. Mas Carqueja acaba por considerar que esta teoria nada explica, pois o crédito e o espírito de iniciativa não passam de um efeito das flutuações dos preços e não o contrário. Parece assim que Carqueja considera que explicar as crises e as flutuações económicas é explicar as flutuações dos preços, confundindo indicadores e causas.

Carqueja identifica-se bastante mais com a teoria do excesso de poupança ('teoria da economia') a que mais tarde prefere chamar 'consumo capitalista diferido' (Carqueja, 1926: 659), que considera difícil de expor e a propósito da qual cita, nem sempre a propósito, Aftalion, Juglar, Tugan-Baranovsky, Pareto, Pohle e Spiethoff, os últimos a partir das obras em alemão e com indicação das páginas. Contudo, os argumentos apresentados são próximos da teoria do subconsumo do tipo excesso de poupança de Malthus, segundo a qual a estagnação surge quando o comportamento das pessoas em termos de poupança e investimento deixa de incentivar o aumento da produção devido à quebra abrupta de preços e lucros (vd. Schumpeter, 1994:740). A abundância de capital entretanto acumulado em poupança durante um período acaba por ser utilizado para investir em capital material alimentando uma fase de prosperidade, daí a noção de teoria do consumo capitalista diferido. Parece assim estarmos nas teorias de sobrecapitalização ou sobreacumulação, de alternância entre acumulação e libertação de poupança líquida de Tugan-Baranovsky e de Spiethoff (vd. Schumpeter, 1994: 1126). Carqueja considera que segundo estas teorias, a prosperidade surge por aumento da procura dos capitalistas (cujas poupanças se reconstituem) para aplicação no setor de bens de produção e a crise surge ' não do excesso dos bens de consumo sobre as necessidades; mas dos meios de produção relativamente ao poder de compra dos capitalistas' (Carqueja, 1926: 661). Carqueja aproxima-se aqui a teoria do ciclo económico de Aftalion, que parte do desfasamento temporal entre o aumento esperado da procura de bens de consumo e a produção de bens de capital necessários para obter os bens de consumo adicionais e o comportamento dos preços entre as encomendas e as entregas dos bens de capital (Halevy, 1991: 37).

Carqueja conclui o tratamento deste tópico no seu manual de forma desconcertante. Apesar de mostrar interesse e apreço pela que chama a 'teoria da economia' considera que uma análise cuidada desta teoria leva a colocar-lhe 'sérias' objeções, que não explicita, e que: 'em última conclusão pode afirmar-se que o ritmo dos preços vem principalmente do ritmo da produção e o ritmo da produção vem do ritmo dos preços' (Carqueja 1926: 663)¹⁰.

¹⁰ Apesar das dificuldades observadas e reconhecidas pelo próprio, no que respeita a este tópico, Carqueja parece ter lido alguns autores de referência diretamente, e a leitura dos seus editoriais no *Jornal do Comércio*, de que é proprietário e diretor no período da crise de 1929 e da depressão que lhe sobreveio, demonstram que acompanhava com cuidado as

Armando Marques Guedes produziu um manual do curso de *Política económica Internacional* em 1939 em cujo último capítulo, *As crises económicas no século XIX*, trata de forma breve o tema das crise (Guedes, 1939: 275-82). Define aí a crise como uma perturbação grave do equilíbrio entre a produção e o consumo e aponta o que parece considerar a causa central deste tipo de perturbação: ‘A economia da máquina, com a sua subsequente produção em massa e o alargamento sucessivo dos mercados, impediu cada vez mais o ajustamento constante da produção ao consumo’ (*idem*: 275). A mesma ideia surge na brevíssima referência ao tema das crises que faz, cinco anos mais tarde, nas suas lições de Economia Política a propósito dos inconvenientes da concorrência: ‘A concorrência perturba frequentemente o equilíbrio entre a produção e o consumo. Para conseguir o menor custo de produção provoca-se hiperprodução, a produção maciça. Acresce que a grande extensão dos mercados mundiais dificulta a previsão do consumo’ (Guedes, 1945: 282). A principal causa das crises de sobreprodução estaria assim, nas condições técnicas de produção capitalista, que exigia sobreinvestimento para aproveitamento de economias de escala.

Em qualquer caso, depois de uma enumeração muito incompleta das crises do século XIX com descrição breve dos seus sintomas, refere, sem definir uma posição própria, Sismondi e os remédios por este preconizados para controlar a sobreprodução, Rodbertus e a baixa de salários como fator de insuficiência do consumo e Henry Georges e a sua ideia da renda da terra como causa ‘única do mal [miséria das classes populares]’ (Guedes, 1939: 276-7).

A questão da periodicidade das crises leva Marques Guedes a referir Jevons e a sua teoria de crises decenais associadas à influência de manchas do sol, mas também a referir Juglar, sendo que a propósito deste economista, nota: ‘as repercussões demoradas da lei da oferta e da procura, às vezes retardadas ou perturbadas em determinados momentos por acontecimentos políticos, explicam a periodicidade das crises.’ (*idem*: 278). Marques Guedes considera ainda a que as crises têm três fases: a preparatória, a crítica e a de liquidação e refere que as fases alternadas de prosperidade e depressão formam um ciclo.

A referência às teorias da sobreprodução e do subconsumo é breve e sem referência a autores que não Say. Guedes sustenta a ideia de sobreprodução geral por considerar que a sobreprodução parcial não pode explicar a queda geral dos preços. Quanto às teorias do subconsumo, divide-as em dois tipos: a que se baseia na ‘falta de recursos nos meios populares’ e que considera não

questões de política económica nacional e internacional, nomeadamente as questões comerciais e monetárias, que integrava em algumas considerações teóricas de forma naturalmente breve. A título de exemplo a referência feita no editorial de 01/01/1933 (1933: previsões) ao livro de Simiand que tinha saído havia então pouco tempo (1932) sobre as flutuações económicas de longo prazo e a crise mundial e cujo conteúdo resume.

poder explicar o fenómeno porque haveria procura por parte de outros grupos, e a que se baseia na falta de capitais, teoria que sugere não ser compreensível e que transforma numa teoria do crédito: 'A outra doutrina — falta de capitais — carece de ser esclarecida. Falta de capitais monetários ? Mas as crises monetárias tanto se produzem pela inflação como pela escassez dos meios de troca. Falta de crédito? Falta de economias? Quando o crédito se facilita, há iniciativas, confiança, aumento de produção. Se ele falta tudo estiola. Mas o abuso do crédito e do espírito de iniciativa provoca a produção excessiva e a baixa de preços' (Guedes, 1939: 280). Associa então causas políticas, psicológicas e 'espirituais' que tornam as crises 'subjetivas'. O seu antídoto seria exclusivamente a calma e o restabelecimento da confiança.

O texto termina com a defesa da intervenção do Estado: 'abertura de obras públicas (...) suprimientos aos bancos (...) elevação de direitos pautais (...) ' (Guedes, 1939: 281-2).

3.3. Na teoria do ciclo

Apesar do tratamento muito sintético do tema das crises e ciclos económicos que transparece no texto que compila as lições de Costa Leite no curso de Economia Política que regeu no início dos anos 30 na Universidade de Coimbra, é claro que ele é o único professor de Economia Política até meados do século XX que evidencia ter uma abordagem da crise como uma fase do ciclo económico.

Note-se que, esta perspetiva de modernidade de Costa Leite é confirmada, numa versão bem mais cuidada, rigorosa e erudita, no estudo que apresentou em 1933 no âmbito das provas para professor catedrático (Leite, 1933)¹¹.

Costa Leite (Lumbrales)

Hernani Marques em 1932 coligiu os apontamentos das preleções de João Pinto da Costa Leite ao curso do 2º ano jurídico de 1931-1932 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Marques, 1934). O tema das crises é aí tratado no capítulo sobre as condições económicas da produção, no ponto 39 (*Crises económicas. O problema da periodicidade das crises. Soluções propostas. Estado actual da questão*) de forma breve (*idem*: 364-371). Três páginas são dedicadas no ponto seguinte para apresentar alguns aspectos da crise económica de 1930-1932¹².

¹¹ Este estudo foi já analisado em Cardoso, 2012.

¹² Como fatores que explicam a gravidade desta crise são apontados vários fatores: a persistência da procura de ouro no contexto da prevalência do sistema do padrão (divisas) ouro e de diminuição da produção deste metal; o desequilíbrio na

A introdução ao tema aponta implicitamente para a posição eclética do autor sobre os fatores que podem desencadear uma perturbação grave da atividade económica: desproporção entre a produção de diversas categorias de bens; perturbação na relação entre as condições de produção e as condições monetárias e de crédito, perturbações provocadas na produção associadas à distribuição de rendimento.

Na classificação das crises é sublinhada a novidade das crises de sobreprodução a partir de finais do século XVIII, por oposição às crises deficitárias e monetárias. É apresentada de forma muito sumária a polémica Say *versus* Sismondi, considerando-se que o carácter geral das crises resulta da interdependência dos diversos sectores e da ação do sistema de crédito.

O texto reflete dois aspetos de modernidade na abordagem ao tema.

O primeiro resulta da consideração clara da crise como fase ciclo. Se as crises tradicionalmente eram consideradas (...) fenómenos isolados e independentes uns dos outros (...) uma anormalidade surgida *subitamente* (...), Clément Juglar estabeleceu de forma definitiva o carácter rítmico das crises, afirmando que as crises de sobreprodução [são] um momento ou uma fase de um movimento alternativo de expansão e depressão que a vida económica sofre constantemente' (*idem*: 365-6). Nunca são utilizadas expressões como 'fase(s) da crise', que traduziria a frequente confusão entre 'ciclo' e 'crise'. O segundo aspeto transparece na descrição, a partir dos principais indicadores, do movimento cíclico. Ela parte do comportamento da produção e não dos preços, revelando clara destrição entre indicadores e causas da crise.

Quando apresenta as 'causas destes movimentos' afasta a explicação de Jevons baseada em fenómenos meteorológicos e refere três tipos de teorias. Um primeiro tipo constituído pelas que destacam as causas monetárias, mais concretamente as associadas ao comportamento do crédito ao longo do movimento cíclico e que têm Juglar como precursor. Um segundo tipo que corresponde às teorias do sobreinvestimento associadas à teoria do desfasamento temporal entre a procura de bens de investimento e de bens de consumo final. Um terceiro tipo que se reporta às teorias que acentuam o excesso de concorrência, ou a 'tendência para a concorrência monopolista', susceptível de levar as empresas a criar capacidade produtiva excessiva.

O autor chama a atenção para o facto destas teorias não serem incompatíveis. Considera que a teoria monetária é insuficiente pois não pode explicar apenas pelas condições do crédito o reaparecimento da prosperidade: (...) as facilidades de crédito são um fenómeno meramente passivo, que não pode só por si explicar o desenvolvimento da produção, observando-se até que durante as depressões há longos lapsos de tempo em que o crédito é fácil e barato, sem que, no entanto, ninguém se queira utilizar dele e sem que a produção se desenvolva' (*idem*: 370). Os

distribuição internacional das reservas de ouro a favor dos EUA e da França no contexto do problema das dívidas e reparações de guerra; a crise de sobreprodução agrícola associada à quebra dos rendimentos dos produtores; a substituição de importações industriais na China e no Japão.

fatores essenciais que conduzem à prosperidade serão, a seu ver, o desenvolvimento do mercado, o aumento da população, o esgotamento das existências anteriormente acumuladas, o progresso técnico.

Conclui seriando assim as causas dos desequilíbrios: tendência para o desenvolvimento da produção; aumento cada vez maior do peso da produção de bens de investimento relativamente aos bens de consumo; organização do crédito.

Considera irrelevantes as teorias do subconsumo, que associa às escolas socialistas. Argumenta brevemente que seria sempre possível a atividade produtiva reafectar recursos à produção de bens em resposta a alterações da estrutura de rendimentos e que os pressupostos destas teorias não se ajustam aos factos: 'não se verifica uma diminuição de preços antes da crise (por diminuição constante do rendimento relativo das classes trabalhadores) (...) o que se observa é que a crise é precedida por um período de alta de preços' (*idem*: 371).

3.4. Outras teorias

Por diversas razões, não é possível enquadrar nas três primeiras categorias constantes da matriz acima expressa um dos autores cujo manual de economia política teve também alguma repercussão no ensino destas matérias: Lino Neto.

Este autor revela uma visão muito particular acerca da vida económica, o que torna difícil a compreensão das suas ideias a respeito da temática aqui em análise.

Lino Neto

António Lino Neto, professor de Economia Política no ISC/ISCEF, publicou em 1936 os seus *Elementos de Economia Política*. A sua visão marcadamente doutrinária, normativa e moral da vida económica leva-o a contextualizar as situações de desequilíbrio entre a produção e o consumo numa linguagem algo estranha: '(...) tem a produção de desenvolver-se sem prejuízo do consumo e o consumo sem prejuízo da produção. Há por vezes na produção valores que não são entregues ao consumo, dando lugar ao fenómeno da super-produção, e no consumo necessidades a que não chega o mínimo de valores obtido pelo trabalho, dando lugar ao fenómeno de sub-consumo. O equilíbrio (...) é imprescindível (...) é atingido pela seguinte fórmula: O consumo deve fazer-se sem avareza nem prodigalidade, e a produção na maior ligação possível com o trabalho e disposta de preferência para os produtos de mais geral procura ou necessidade (em itálico no original). A observância desta fórmula depende de condições psicológicas. Os conceitos individuais sobre o destino da vida, o valor do sacrifício pelos outros, o grau de amor próprio, e a disciplina dos prazeres, são fatores que atuam sempre fundamentalmente sobre os limites da produção e do

consumo' (Neto, 1936: 221). Admite contudo que a Economia Política tem condições para promover a regulação da produção e do consumo, nomeadamente através do que chama a 'determinação do padrão dos preços' e ainda através da propriedade privada 'explorada por quem a tem' e não 'de mera capitalização' (*idem*: 227). Critica a economia clássica por não ter percebido 'logo' a importância dos organismos fundamentais da 'vida da humanidade' para atingir o equilíbrio da produção e consumo: o Estado, o município e a família.

4. Observações finais

Com a aparente exceção de B. Carqueja e J. Marnoco e Sousa, as considerações sobre ciclos e crises económicas assentam em leituras indiretas das obras de referência, mesmo quando, nem sempre a propósito, se citam os seus autores. São os manuais de economia política de economistas franceses, designadamente de Gide, Colson, Perreau, Leroy-Beaulieu e, por vezes, também de italianos, como Supino ou Pareto, que constituem a base da exposição da generalidade dos economistas portugueses.

Na abordagem das teorias da crise, são as 'velhas' teorias clássicas, desenvolvidas em torno da lei dos mercados, as privilegiadas, e são também aquelas relativamente às quais estes economistas demonstram melhor conhecimento. Eles conhecem o essencial dos argumentos e ousam posicionar-se invariavelmente (com ligeira *nuance* de Carqueja) a favor da sobreprodução parcial generalizada. Quanto às teorias mais modernas, são claras, e por vezes assumidas, as dificuldades na sua exposição, acrescendo que dificilmente aderem ou defendem alguma delas.

É quase sempre dada relevância aos fatores monetários, em especial aos que respeitam ao crédito, mesmo se referidas no contexto de abordagens ecléticas e associadas a aspetos psicológicos. Contudo, as teorias monetárias raramente levam a citações de autores relevantes mesmo se estes são conhecidos¹³.

Com exceção de Costa Leite, a própria forma como os autores que considerámos de transição constroem os textos denota que estão pouco à vontade entre as 'velhas' e as 'novas' teorias. Se a separação entre as causas das crises, tópico tratado em primeiro lugar, e as 'fases da crise' e a sua periodicidade, aspeto tratado separada e posteriormente, pode ser visto apenas como vantagem pedagógica no contexto de um manual, a confusão, ou no mínimo a falta de rigor, na utilização dos termos crise e ciclo é conspícua. Apesar de alguns dos textos universitários

13 É o caso de Bento Carqueja que, no tomo III, cap. VII (*Oscilações monetárias*) do seu manual, cita Hawtrey (*Monetary reconstruction*) a propósito dos argumentos contra o padrão-ouro.

analisados estarem já cientes da abordagem da crise no ciclo, formulações como ‘as três fases da crise’ demonstram as dificuldades naquela transição.

As referências a Juglar, explícitas ou implícitas, que se encontram em quase todos os manuais analisados, surgem nomeadamente a propósito das três fases do ciclo (*upgrade, explosion, liquidation*) mesmo quando as nomeiam de forma distinta. A influência de Spiethoff em alguns dos autores portugueses citados terá a ver em boa parte com o ecletismo da sua abordagem, ainda quando esta assenta em fatores reais. Contudo, as obras de referência de Aftalion e de Lescure são as mais frequentemente citadas. O facto de serem autores franceses explicará seguramente a preferência dada a essas obras (como aos manuais citados) num país de cultura erudita de clara influência francesa. Uma minoria dos professores parece dominar o alemão, uma vez que citam autores de língua alemã ou com obras em alemão. Estão neste caso Marnoco e Sousa e Bento Carqueja que citam algumas dessas obras incluindo referências precisas às páginas relevantes para suportar a sua argumentação.

Mais uma vez, com exceção do compêndio das lições de Costa Leite, os manuais de economia política analisados revelam a dificuldade dos seus autores em perceber a diferença entre os indicadores monetários, que permitem identificar e descrever as diferentes fases do ciclo, e a reconstrução teórica das causas da crise ou das fases do ciclo.

Se não fosse Costa Leite, sobretudo pelo seu trabalho de 1933, dir-se-ia que a receção das abordagens mais modernas sobre os ciclos económicos pelos professores de economia política só teria ocorrido depois da Segunda Guerra. O próprio Lumbrales não terá incorporado os contributos mais atualizados das teorias das crises e dos ciclos nas suas lições neste período. Talvez o facto do seu curso de Economia Política estar inserido numa faculdade de direito justifique o limitado desenvolvimento de um tema tão complexo.

Note-se ainda a perspetiva intervencionista de muitos destes autores. Marnoco e Sousa, Amzalak, Carqueja e Marques Guedes advogam a intervenção do Estado para limitar o efeito das crises e ajudar à recuperação.

Em qualquer caso, dois aspetos podem explicar a fragilidade das abordagens analisadas sobre o tema das crises e flutuações cíclicas produzidas pelos professores de economia política neste período. Por um lado, as reflexões teóricas são sobretudo referenciadas à economia capitalista industrial desenvolvida, quadro que, em rigor, não era o da economia portuguesa até meados do século XX. Os desequilíbrios económicos graves em Portugal eram tradicionalmente de cariz financeiro e bancário e não de cariz industrial; por outro lado, a crise e depressão do início dos

anos trinta não se fez sentir com especial gravidade em Portugal, facto que resultou do relativo atraso da estrutura económica e do fecho da economia portuguesa naquele período¹⁴.

Finalmente, há que colocar a hipótese de algumas fragilidades detetadas nas explicações e descrições observadas neste exercício se deverem a dificuldades dos redatores das lições em entender um tema tão complexo como a teoria das crises e dos ciclos. Essa tarefa cabia frequentemente a alunos e nada garante que a revisão desses textos pelos professores eliminasse todos os erros. Por vezes, as incorreções parecem demasiado grosseiras.

14 A política económica de Oliveira Salazar nesta conjuntura, antecipou a política de estabilização e permitiu a implementação de algumas medidas de estímulo económico sem agravamento do desequilíbrio financeiro amenizando os efeitos da crise e da depressão.

Referências bibliográficas

- Amzalak, M. B. (1922), *Mercados comerciais*. Lisboa, Instituto Superior de Comércio.
- Allison, F. (1912), *From crises to Cycles: Tugan-Baranovsky and the Brockhaus-Efron (1895-1915)*, in Besomi, D. (ed.).
- Barbosa, R. T. (1916), *Economia Política*. Porto, Minerva.
- Bastien, C. (2001), *A divisão da história do pensamento económico português em períodos*, in *Revista de História Económica e Social*, nº 1 (2ª série).
- Bastien, C. (2001a), *Rui Enes Ulrich*, in Cardoso, J.L. (coor.) *Dicionário Histórico de economistas portugueses*, Lisboa, Temas e Debates.
- Bastien, C. (2001), *O Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e o Corporativismo (1934-1974)*, Documento de Trabalho nº 46, Lisboa, GHES, 2011.
- Besomi, D. (ed.) (2012), *Crises and Cycles in Economic Dictionaries and Encyclopaedias*. London, Routledge.
- Bleaney, M. (1976), *Underconsumption theories. A history and critical analysis*, New York, International Publishers.
- Brandão, M. F. (1997), *José Ferreira Marnoco e Sousa. Ciência económica*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Cardoso J. L., (2012), A teoria económica das crises na obra de J. P. Da Costa Leite (Lumbrales), in Gaspar, C., *et alli, Estado, Regime e Revoluções. Estudos em homenagem a Manuel de Lucena*. Lisboa, ICS.
- Carqueja, B. (1926), *Economia Política*. Porto, Officina de O Comércio do Porto.
- Eatwell, J. *et al* (ed.) (1991), *The New Palgrave*. London, Macmillan.
- Guedes, A. M (1939), *Estudos de política económica internacional*, Lisboa, ISCEF.
- Guedes, A. M (1945), *Economia política – Lições do Prof. Marques Guedes*, Lisboa: ISCEF (dactilografado).
- Hagemann, H. (2012), *Wilhelm Roscher's crises theory: from production crises to sales crises*, in Besomi, D. (ed.).
- Halevy, J. (1991), *Aftalion, Albert* in Eatwell, J. *et al* (ed.) *The New Palgrave*. London, Macmillan.
- Leite, J. P. (1933), *Ensaio sobre a teoria as crises económicas*. Coimbra, Coimbra Editora.
- Leite, J. P. (1934), *Noções Elementares de Economia Política (De harmonia com o programa do ensino técnico comercial)*. Coimbra, Coimbra Editora.
- Lescure, J. (1938), *Des crises générales et périodiques de surproduction*. Paris, Les Editions Domat-Montchrestien F. Loviton & Cie. (5e ed.)
- Marques, H. (1934), *Economia Política. De harmonia com as prelecções que o Exmo. Senhor Doutor João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) fez ao curso do II ano jurídico de 1931-32*. Coimbra, Casa do Castelo — Editora.
- Monteiro, A. (1922), *Economia Política*, Lisboa (texto manuscrito publicado por Manuel Melo Gerales e Marcelo Caetano).
- Neto, L. (1936), *Elementos de Economia Política*. Lisboa, ISCEF.
- Oliveira, S. M. (1933), *Elementos de Economia Política*, Tomar, edição do autor.
- Perdigão, J. A. (1916), *Lições de Economia Social*. Lisboa, IPPE.
- Rocha, A. V. (1922) *Sumários das lições de Economia Política - 1922-23*, Lisboa, FDUL.
- Salazar, A. O. (1927), *Economia Política : apontamentos coligidos das prelecções de Exmo. Sr. Doutor Oliveira Salazar* por Alberto Menano. Coimbra, Gráfica Conimbricence.
- Schumpeter, J. A. (1994), *History of Economic Analysis*. London, Routledge [Reprinted from 1954 Allen & Unwin edition].
- Sousa, J. M. (1907), *O Capitalismo Moderno*. Coimbra, França Amado.
- Sousa, J. M. (1910[1997]), *Ciência Económica. Prelecções feitas ao curso do segundo ano jurídico do ano de 1909-1910*, Lisboa, Banco d Portugal.
- Ulrich, R. E. (1902), *Crises económicas portuguesas.*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Ulrich, R. E (1947), *Economia Política (a produção)*. Lisboa, Imprensa Nacional.

GABINETE DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Documentos de trabalho

- 1 Ana Bela Nunes e Nuno Valério - Contribuição para a história do futebol em Portugal.
- 2 Ana Bela Nunes - Control and regulation in the Portuguese economy (1945-1973).
- 3 Carlos Bastien - The advent of modern economics in Portugal.
- 4 Nuno Valério - Um indicador da evolução dos preços em Portugal nos séculos 16 a 19.
- 5 Nuno Valério - Indicadores de acessibilidade e competitividade do espectáculo do futebol.
- 6 Carlos Bastien - Friedrich List and Oliveira Marreca: some odd coincidences.
- 7 Nuno Valério - A imagem do “brasileiro” na obra literária de Júlio Dinis.
- 8 Ana Bela Nunes - A globalização numa perspectiva histórica.
- 9 João Carlos Graça - José Frederico Laranjo e a teoria social.
- 10 Maria Manuela Rocha - Crédito privado em perspectiva comparada (séculos XVII - XIX).
- 11 Maria Manuela Rocha - Viver a crédito: práticas de empréstimo no consumo individual e na venda a retalho (Lisboa, séculos XVIII e XIX).
- 12 Nuno Valério - Recent developments on Portuguese retrospective national accounts.
- 13 Amélia Branco - O contributo das florestas para o crescimento económico português: o papel do Plano de Povoamento Florestal (1938-68).
- 14 Ana Bela Nunes e Nuno Valério - Three paths to capitalism: an agenda for research.
- 15 Ana Bela Nunes e Nuno Valério - Five ways out of depression: 19/20th century experience and 21st Century prospects.
- 16 Carlos Bastien - A divisão da história do pensamento económico português em períodos.
- 17 Nuno Valério - Séries meteorológicas para o território português.
- 18 Eugénia Mata e Nuno Valério - Indicadores físicos da produção das indústrias transformadoras em Portugal.
- 19 Carlos Bastien - A obra económica de Armando Castro.
- 20 Rita Martins de Sousa - Moeda e estado: políticas monetárias e determinantes da procura (1688-1797).
- 21 Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha e Rita Martins de Sousa - A circulação do ouro do Brasil: o direito do 1%
- 22 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien e Nuno Valério - Nationalizations and de-nationalizations in Portugal (19th and 20th Centuries): a historical assessment.
- 23 Ana Bela Nunes, Nuno Valério e Rita Martins de Sousa - The long-run behaviour of the income velocity of money in Portugal: 1854-1992
- 24 Ana Bela Nunes e Nuno Valério - Ecology *versus* market capitalism: a threat for the 21st century?
- 25 Nuno Valério - The Portuguese capital market during World War II
- 26 Carlos Bastien e Cecília Campos - António Oliveira Marreca: um economista no parlamento

- 27 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien e Nuno Valério - Privatization and transnationalization in Portugal (1980—2005)
- 28 Amélia Dias e Francisco M. Parejo Moruno - O comércio externo corticeiro na Península Ibérica no período de 1930 a 1974 - Uma perspectiva comparada
- 29 Nuno Valério - Quanto vale o mar na economia portuguesa ?
- 30 Nuno Valério - Technical University of Lisbon: 75 Years of History
- 31 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien e Nuno Valério - The Rise of Portuguese Multinational Enterprises (1980-2005)
- 32 Carlos Bastien e Rita Martins de Sousa - Para a história do pensamento monetário em Portugal no século XIX
- 33 Ana Bela Nunes - Tomás Cabreira: um economista político num país de ‘finanças avariadas’
- 34 Nuno Valério - Avaliação do produto interno bruto de Portugal
- 35 José A. Pereirinha, Manuela Arcanjo e Daniel F. Carolo - Prestações sociais no corporativismo português: a política de apoio à família no período do Estado Novo
- 36 José A. Pereirinha e Daniel F. Carolo - A construção do Estado-providência em Portugal: evolução da despesa social de 1935 a 2003
- 37 Amélia Branco e Francisco M. Parejo - La creación de una ventaja competitiva en la industria corchera portuguesa: la contribución de un distrito industrial
- 38 António Goucha Soares - Portugal: an incomplete Europeanization
- 39 António Goucha Soares - O Tratado de Roma: A “reliquia” da construção europeia
- 40 Leonor Freire Costa - Fiscal innovations in early modern States: which war did really matter in the Portuguese case?
- 41 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien, Nuno Valério, Rita Martins de Sousa, Sandra Domingos Costa - Banking in the Portuguese Colonial Empire (1864-1975)
- 42 Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha e Rita Martins de Sousa - Brazilian gold in the eighteenth century: a reassessment
- 43 Amélia Branco e Francisco M. Parejo - O comércio externo corticeiro na Península Ibérica no período de 1930 a 1974 - Uma perspectiva comparada
- 44 Ana Bela Nunes - The International Monetary Fund’s stand-by arrangements with Portugal. An *ex-ante* application of the Washington Consensus
- 45 Ana Bela Nunes, Miguel St. Aubyn, Nuno Valério, Rita Martins de Sousa - The determinants of the behaviour of the income velocity of money in Portugal 1891-1998: an econometric approach
- 46 Carlos Bastien - O Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e o Corporativismo (1934-1974)
- 47 Amélia Branco, Nuno Valério, Rita Martins de Sousa - Echoes from the past: Portuguese stabilizations of the 1890s and 1920s
- 48 Carlos Bastien - Bento de Jesus Caraça e a integração europeia
- 49 João Carlos Graça e Teresa Nunes - O Estado Liberal, o desenvolvimento económico e a crise dos anos 90 do século XIX: João Crisóstomo de Abreu e Sousa e José Frederico Laranjo
- 50 Ana Bela Nunes - Crises e ciclos no pensamento económico português na primeira metade do século XX